Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Caeiro, Joaquim Manuel Croca, 1961-

Recensão : a nova era das desigualdades de Pierre Rosanvallons, Jean-Paul Fitoussi

http://hdl.handle.net/11067/4059

Metadados

Data de Publicação	1998
Palavras Chave	Problemas sociais - França, Igualdade
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 17-18 (1998)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-18T16:59:44Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

A NOVA ERA DAS DESIGUALDADES,

Pierre Rosanvallons,e Jean-Paul Fitoussi
Oeiras, Celta Editora, 1997,
Trad. Miguel Serras Pereira, 154 pp.

J. Croca Caeiro

Os objectivos deste livro são, de acordo os seus autores, a medição da desorientação da sociedade francesa em relação ao seu sentido e ao seu futuro. Trata-se de uma tentativa de análise do momento presente da sociedade francesa face aos novos desafios do final do século. Esta análise, muito penetrante em relação aos acontecimentos sócio-políticos que marcam a sociedade actual em França, acaba por poder aplicar-se à maioria dos países europeus, Portugal incluído.

Reconhecendo a existência de um mal-estar francês, a que podemos chamar um mal-estar europeu, caracterizado por desemprego de massa, perda de identidade e incerteza crescente quanto ao futuro, os autores vão mais longe, afirmando que «*é a própria organização social e são as próprias representações colectivas que sofrem uma quebra secreta*» (p. 1). Na esteira de Ernest Renan [1], proclamam que o plebiscito de todos os dias que é a Nação, vive no momento uma «desaprovação referendária» provocada pela transgressão individual do contrato social e cívico, pela desconfiança nos dirigentes políticos, económicos e mediáticos.

Segundo eles, assiste-se a um fenómeno novo, a mundialização, o qual provocando mutações económicas de grande intensidade, leva ao estabelecimento de inéditas relações entre a economia, a política e a sociedade, resultando daí o esgotamento de grande parte dos tipos de regulamentação económica. É assim entendido

---

[1] *Qu'est que c'est une Nation? Et Autres Essais Politiques*, Paris, Presses Pocket, Agora, 1992, p. 55, Para este autor do século passado (1823-1892) «*a existência de uma nação é, perdoem-me esta metáfora, um plebiscito de todos os dias, como a existência de um indivíduo, é uma afirmação perpétua da vida*»

tal fenómeno, como a quarta viragem da modernidade [2] e que tem como pano de fundo a «*reformulação das condições do laço social e cívico na era Europa e da mundialização*». (p. 2) Este fenómeno com inicio na década de 70 assumiu a sua maioridade com a queda do muro de Berlim e o consequente ruir da sociedade comunista e é hoje o responsável pelo sentimento de insegurança existente na Europa. Assim, este momentâneo desequilíbrio da sociedade, manifesta-se no essencial através de três crises: a do Estado Providência [3], a do trabalho [4] e a do sujeito, sendo a primeira caracterizada pelo não funcionamento das instituições de solidariedade, a segunda, pelo não funcionamento das formas de relação entre a economia e a sociedade, e a terceira, pelo não funcionamento dos modos de constituição das identidades individuais e colectivas. Face a estas crises, as desigualdades também se alteraram, e podem apresentar-se sob duas formas: estruturais, devido à sua persistência e tendência para o aprofundamento, e conjunturais, que se devem no fundamental, às alterações tecnológicas verificadas, que produzem efeitos ao nível das relações entre o trabalho e o salariato, do endividamento, dos efeitos negativos da urbanização, etc.

É partindo deste conjunto de pressupostos que os dois autores entendem ser possível uma análise no que se refere às novas desigualdades.

Evidenciam assim aquilo a que chamam os dois sofrimentos da sociedade francesa, que se traduzem por um lado, em evidenciar a questão económica, realçando a situação francesa de quarta potência económica e por outro, em críticar a inexistência de laços sociais sólidos neste final de século. Destes dois sofrimentos resultam a preocupação com o social, manifestado através da luta contra a exclusão, do equilíbrio das contas da segurança social ou das políticas de emprego, e a perversão da questão social com o crescimento de um espirito de compaixão. Associado a este aspecto duas outras questões delimitam o problema francês: o estado espectá-

---

[2] As outras três grandes viragens, teriam sido: a primeira no século XVII, com a instauração do Estado moderno com a consequente criação do território e da nação; a segunda no século XVIII, com a emancipação da sociedade civil, com o consequente desenvolvimento da economia de mercado e a autonomia do indivíduo; a terceira, no século XIX, a invenção do social, permitindo a reorganização das condições da vida em comum e o exercício da solidariedade.

[3] Sobre esta crise deve salientar-se o célebre livro de **Rosanvallon,** Pierre, *A crise do Estado Providência,* Lisboa, Editorial Inquérito, s.d., 144 pp. No qual o autor procura analisar o debate teórico em redor do problema e evidencia as possibilidades de solução.

[4] Ara uma análise sobre os aspectos filosóficos do trabalho, embora de um ponto de vista marxista-leninista, pode ver-se, Gorz, André, *Réforme et Révolution,* Paris, Éditions du Seuil, 1969, 248 pp.

culo [5], e a evidência de um maniqueísmo que se traduz «*na simplificação dos problemas o que obsta à compreensão das mutações que atravessam a sociedade.*» (p. 11). Para além disto, é de ter em conta o crescimento da opacidade social, de que resulta a perda das identidades colectivas e que leva à consideração de que a questão social se manifesta apenas em fenómenos de exclusão, o que permite ver a opacidade social como um fenómeno integrante da crise política, e as inseguranças sociais, que vulnerabilizam o indivíduo e a sociedade, criando assim laços de dependência em relação ao tempo (o passado conta mais do que o futuro) e um individualismo negativo (factor de insegurança que coloca cada um a gerir o seu futuro). Finalmente, reflectem a existência de um mal estar identitário, o qual procedendo de uma mutação profunda das relações entre o individual e o colectivo, leva a uma maior individualização, quebra das normas colectivas, o desenvolvimento do fenómeno das seitas e a repercussões no âmbito familiar. No que a este último aspecto respeita é de ter em conta a transformação dos laços sociais caracterizada pela redução crescente da família, que associado ao fenómeno da baixa da natalidade, ao aumento da taxa de põe em evidência, a crise do casamento. Estas repercussões concretizam-se na redução do espaço público e no aumento do espaço privado.

De tudo isto resultará então, todo um processo de delinquência e desligação social, a que chamam «*patologias do laço social*» (p. 29) e nas quais incluem a incivilidade, a violência sexual, as perturbações sociais e familiares. Ainda consideram que a maioria da delinquência dos adolescentes assume um carácter iniciático, que parece proporcionar uma ocasião para «*prestar provas, de virilidade e, em suma, de socialização, ainda que de maneira negativa*» (p. 29).

Todos estes fenómenos, resultantes da mundialização da economia, mereceriam uma resposta política salutar. Todavia, ela própria manifesta-se inoperante e sem soluções, e fenómenos como o surgimento de partidos de extrema-direita como o de Jean Marie Le Pen, provoca ainda maiores fracturas sociais em vez de as corrigir.

O segundo capítulo, dedicam-no os autores, à análise das **novas desigualdades** em contraponto com as desigualdades tradicionais, aquelas como intracategoriais ou dinâmicas, resultado das evoluções técnicas, jurídicas ou económicas e ainda das mudanças na percepção da relação do indivíduo com outrém. Entre outras, seriam

[5] Aconselhamos sobre esta problemática a leitura do livro de **Schwartzemberg**, Róger-Gérard, O Estado Espectáculo.

assim, o *apagamento salarial* (impossibilidade de ser garantido de que em igualdade de circunstâncias os indivíduos terão direito a salário igual); *o trabalho das mulheres* (fruto directo da transformação social, no sentido em que o seu acesso ao mercado de trabalho mais do que quadriplicou em relação à década de 60); as *desigualdades geográficas* (nas quais as regiões mais desenvolvidas continuam a chamar para o seu interior os indivíduos cujo nível de vida é abaixo do considerado normal); as *desigualdades entre gerações* (excessos do rendimento dos regimes de reforma por repartição); as *desigualdades das prestações sociais* (cujo ponto fundamental reside nas complexas relações entre o indivíduos e o Estado-Providência, através da multiplicação das prestações sociais sob condições de recursos); a *complexidade fiscal* (que traduz desigualdades no ponto de vista dos impostos sobre o rendimento do trabalho) [6]. Todavia, ao contrário das desigualdades estruturais, facilmente analisáveis através do recurso aos modelos estatísticos, as novas desigualdades não são tão facilmente verificadas porque ligadas ao movimento dinâmico da transformação social.

Finalmente, no que respeita ao desenvolvimento das novas desigualdades, entendem Fitoussi e Rosanvallon, que elas se estabelecem no seio do conceito de igualdade, que estaria radicalmente colocado em questão no momento presente, pelo que só com o seu restabelecimento será possível de novo acreditar resolver o problema da desigualdade.

No terceiro capítulo é analisado o conceito de mundialização, evidenciando a sua evolução, características e implicações. Assim, definindo este conceito como um «*fenómeno complexo de múltiplas dimensões, que combina o desenvolvimento dos países outrora pobres, a desregulamentação dos mercados e a baixa das taxas de crescimento*» (p. 72), afirmam a existência de três mundializações. A primeira ter-se-ia iniciado na década de 60, que se poderá designar de «*movimento de internacionalização "organizada"*») (p. 72). A segunda iniciada em 1979, associada a uma «*expansão dos mercados de capitais, apoiada pelos progressos da informática e a inversão da política monetária americana (...) baseada agora no desaparecimento das fronteiras*». (p. 73) *A terceira «a partir do início da década de 90, essen-*

[6] Os autores referem e bem que «*quando o rendimento profissional aumenta, o rendimento disponível, e portanto consumível, deveria igualmente aumentar, ainda que a prestação social recebida, atribuída em função dos recursos, desça.* ***Ora nem sempre é o caso.*** *Em certos níveis bem precisos de rendimento, as tabelas funcionam de tal modo que fazem com que o rendimento disponível não aumente porque todo o excedente é absorvido pela imposição (tornando-se a taxa marginal de imposição superior ou igual a 100 por cento)*». (p. 58), **Sublinhado nosso.**

cialmente a favor da abertura da abertura do ex-bloco comunista e das pressões liberalizadoras do mundo desenvolvido». (p. 73)

É sob o signo desta mundialização, entendida como necessária e fundamental, que se desenvolve a nova era das desigualdades, aceitando, portanto, a ambiguidade do fenómeno. Todavia, julgam os autores que, o processo de mundialização, sendo fundamental à economia do nosso tempo, precisa de associar-se aos mecanismos do Estado-Providência, adaptando-o à transformação social em curso, ao invés de criar através daquele fenómeno um conjunto de bodes expiatórios justificativos das desigualdades.

A partir do quarto capítulo, procuram-se saídas para o problema em análise. Para tanto, percorrem o leque do que chamam «nostalgias políticas» (p. 101 e ss.), que ordenam em três grandes pólos: o projecto *social democrata*, a *ideia republicana* e a perspectiva de uma "*civilização pós-trabalho*". Da análise histórica de cada uma destas três perspectivas, dos seus prós e contras, expectativas e fracassos, concluem que nenhuma delas tem potencialidades de, em si mesmo, resolverem a crise do mundo contemporâneo, por definirem projectos globais, esquecendo os aspectos sectoriais que são os principais causadores das novas desigualdades. Assim sendo, necessário se torna encontrar um novo ponto de partida, através do qual se torne possível a criação de mecanismos de resolução da crise. Para tanto, julgam fundamental dar um novo sentido à democracia (p. 121 e ss) só possível através da desmistificação de alguns conceitos, por um lado, e através do encontrar de soluções reais, por outro. No primeiro caso, torna-se imprescindível, segundo eles que, o mito da sociedade bloqueada [7], caracterizado pela inércia da sociedade em resolver os seus próprios problemas, seja banido do contexto reformador, iniciando-se antes «*um verdadeiro esforço visando recompreender o que são as energias ordenadoras dos comportamentos sociais fundamentais*» (p. 123). Deste modo, o movimento reformador deveria ter um método novo assente em certos princípios, dos quais se destacam, a necessidade de um suporte social para todos os movimento reformistas, e não apenas a consideração que esses movimentos são originados de e para as elites; que a sociedade tem de ser reformada com o recurso a algo mais do que a regras gerais; que é urgente restituir o verdadeiro significado à palavra reforma — *dar outra forma à sociedade* —; que o exemplo deve vir em primeiro lugar de quem tem

[7] Sobre o mito da sociedade bloqueada, vidé por todos, **Crozier,** Michel, *La société bloqué*, Paris, Éditions du Seuil, 1970, 241 pp.

maiores responsabilidades no processo de condução social; que não existe sociedade dinâmica e flexível sem organização de um nível englobante de segurança.

Em face de tudo isto, necessário se torna, segundo eles, criar uma nova roupagem para o fenómeno político. Este deve assentar num imperativo de devolução de legibilidade à sociedade (p. 129), que se traduzirá numa lógica de conhecimento social substitutiva do processo clássico de representação. Assim, é necessário que se aprenda a compreender o social de outro modo e a descrevê-lo em novos termos. Contudo, no seu entender, isto só é possível se existir uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação e na sua participação efectiva no alargamento da legibilidade social, uma vez que além «*de contrapoder necessário, é preciso também que os meios de comunicação desempenhem um maior papel na dimensão deliberativa da democracia: não há democracia sem eles, porque não há democracia sem espaço público vivo*». (p. 132) Também é necessária uma nova política da identidade, no sentido em que o «*Estado e a política devem com efeito, cada vez mais, desempenhar um papel positivo de identificação num espaço que perdeu os seus pontos de referência*». (p. 132) Além disso, a política deve ainda conferir uma maior clareza aos seus princípios e aos fins da sua acção, levando por conseguinte a uma nova filosofia da acção política correspondente aos novos lugares e novos objectos. Daqui resulta a necessidade de redução das desigualdades, o que deve ser um dos principais objectivos da política. Deliberar sobre as *normas da justiça, impedir o desenvolvimento dos populismos* (que é um elemento extraordinariamente negativo no contexto da democracia), *redistribuir o social e reformular os direitos* [8] através da luta contra a exclusão.

Tudo isto, não é no entanto, possível, sem um recurso à economia política, no sentido da gestão económica das escolhas sociais, através do contrato social, redimensionando as suas dimensões económicas pelo *principio da solidariedade* e pela *redistribuição*. Esta gestão não pode deixar de ser feita sem o recurso ao sistema fiscal, que através da rede de subsídios pode e deve operar uma redistribuição eficiente.

[8] Os autores distinguem dois tipos de direitos: direitos-liberdades, direitos garantias e apontam para um terceiro tipo a que chamam direitos de integração, que se traduz principalmente num direito à inserção, que está enriquecido com um aspecto moral, no sentido de considerar os indivíduos como cidadãos activos e não só como assistidos a socorrer. (p. 139).

Também o sentido do serviço público, se transforma num elemento preponderante de correcção. Aqui, ressalta a questão da igualdade. As condições iniciais desigualmente repartidas pelos cidadãos, levam a uma premente necessidade de que se evidencie o principio da igualdade de oportunidades. Este, só será possível se der lugar a duas categorias de intervenções: uma de ordem estrutural e outra de ordem conjuntural. Pela primeira deve entender-se a redução das condições iniciais e permitir a cada um «*aceder a um capital mínimo que lhe permitisse enfrentar o futuro numa situação de menor vulnerabilidade*». (p. 149) Esta questão tem a ver com a necessidade de reavaliação do problema da educação, da formação e da aquisição das qualificações. A intervenção de ordem conjuntural, «*implica que a sociedade esteja atenta de modo a impedir que as feridas do passado afectem o capital inicial que os serviços públicos concedem a cada indivíduo*». (p. 151) Daqui, torna-se importante o sistema de protecção social e o direito de integração, que podem levar a um novo serviço público do emprego.

É só através deste conjunto de evidências que, concluem os autores, se torna possível entrar numa nova era da cidadania.

Comentário Crítico

A nova era das desigualdades, é um livro marcado por uma grande actualidade. Não só do ponto de vista da análise da sociedade francesa mas, principalmente do ponto de vista da sociedade europeia. Com efeito, grande parte dos problemas apontados para a França, existem com graus mais elevados em outros países da Europa, e no essencial, em Portugal.

Sem dúvida, estamos perante um conjunto de problemas novos neste final de século, que requerem também soluções novas. E, estas têm de iniciar-se em três áreas principais: a económica, a política e a social. Com a primeira terão de desenvolver-se mecanismos que estabeleçam uma maior equidade na repartição do rendimento. Requer-se assim, um sistema fiscal mais justo e mais redistributivo. A intervenção política tem de ser marcada antes de mais, numa nova abordagem no conceito de democracia e pela necessidade de se abandonarem os discursos demagógicos e sem sentido. Do ponto de vista social, é da maior importância que a sociedade assente na possibilidade de um aumento da sua visibilidade. Não é no entanto, fácil aceder a qualquer um destes aspectos. Os modelos antigos estão muito enraizados, os Estados embora requerendo uma maior integração económica, na prática, continuam a funcionar em relação aos seus interesses próprios e a cidadania não passa muitas vezes de uma mero exercício de retórica. Também as questões relacio-

nadas com o trabalho e o emprego devem ser reformuladas, aliás como salientam os autores da obra em análise.

Se não houver uma evidente alteração, então a Europa, correrá a breve trecho, o perigo de um recrudescimento dos populismos, das reivindicações racistas e xenófobas e das ideologias totalitárias. A França é neste último domínio, um bom exemplo.